

# Diário Oficial

## Estado de Pernambuco

Ano LXXXII • Nº 66

Poder Legislativo

Recife, quinta-feira, 21 de abril de 2005

# Alepe participa de apagão e vai às ruas protestar contra a Celpe

## Na terça, deputados pretendem solicitar ao Governo Federal a renegociação do reajuste

**A**pós realizar várias audiências públicas para debater o aumento médio de 34,11% nas contas de energia elétrica e conseguir o apoio do Governo do Estado, Prefeitura do Recife, Ministério Público de Pernambuco (MPPE) e Tribunal de Justiça do Estado (TJPE), a Assembleia Legislativa desligou todas as luzes e equipamentos, ontem, durante 15 minutos. O apagão aconteceu

das 14h às 14h15, atendendo ao apelo do movimento popular contrário ao reajuste.

O presidente da Alepe, deputado Romário Dias (PFL), disse que o Parlamento "irá a todas as instâncias competentes para conseguir impedir o tarifação". "Na próxima terça-feira, os parlamentares viajarão a Brasília para explicar à ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, os prejuízos do reajuste para o Estado", informou Romário, acrescentando que, se necessário, o grupo também falará com o presidente da República sobre o assunto.

Em pronunciamento, o deputado José Queiroz (PDT) ressaltou o engajamento da Alepe e comentou os reajustes praticados pela Bahia e Ceará, que ficaram em torno de 23,40% e 23,59%, respectivamente. O parlamentar também criticou o Governo do Estado. "Jarbas Vasconcelos (PMDB) se esqueceu de aderir ao movimento e, num ato simbólico, determinar que desligassem luzes e equipa-



FERNANDO SILVA

**UNIÃO** - Parlamentares e população mostraram força

mentos do Poder Executivo em todo o Estado", observou. Segundo Queiroz, o governador só se posicionou sobre o reajuste, após ser provocado pela Comissão Especial da Alepe, presidida pelo deputado Sérgio Leite (PT), que investiga a proposta de aumento e apura a qualidade dos serviços prestados pela Celpe.

O deputado Raimundo Pimentel (PSDB) lamentou a

forma como a Frente Trabalhista (PMN, PDT e PTB) conduziu o debate no Plenário. "Não é o momento de politizar. A população está vendo o esforço do Parlamento em defesa do interesse coletivo", avaliou. Para Isaltino Nascimento (PT), o reajuste é consequência do "processo insano das privatizações". "É preciso que a sociedade reflita", comentou, chamando a atenção, também, para o



RINALDO MARQUES

**ASSISTÊNCIA LEGISLATIVA** - Setores apagaram luzes

"monopólio da antiga Telpe" no Estado. Sílvio Costa (PMN) apoiou a iniciativa do PSB, que está sugerindo a criação de uma CPI para apurar o processo de venda da Celpe. Augusto César (PTB) destacou o papel do Parlamento. "A Casa tem demonstrado altivez, mas é o Poder Executivo que deve se manifestar contra o reajuste", afirmou.

**PROTESTO** - À tarde, Augusto

Coutinho (PFL), Aglaílson Júnior (PSB), Sílvio Costa, Raimundo Pimentel, Roberto Leandro, Teresa Leitão e Sérgio Leite, do PT, participaram de uma passeata em protesto contra o reajuste. A passeata começou às 14h, na Praça Oswaldo Cruz, na Boa Vista, seguindo até o Marco Zero, no Bairro do Recife. Manifestantes utilizaram apitos e painéis para chamar a atenção.



ROMÁRIO - Apoio total

## Demarcação de terras

# AL apóia reivindicação da tribo Atikum-Umã

A Assembleia Legislativa apoiará a tribo indígena Atikum-Umã na luta pela demarcação de terras localizadas em Salgueiro, no Sertão. A principal reivindicação é a legalização de 20 mil hectares, que também são ocupados por comunidades quilombolas. Ontem, os índios participaram de uma reunião com o deputado Raimundo Pimentel (PSDB) e o secretário estadual de Justiça e Direitos Humanos, Elias Gomes. "Pretendemos discipli-

nar os espaços, sem prejudicar ninguém. Os índios têm direito de lutar pela terra", ressaltou o tucano.

De acordo com o parlamentar, a falta de demarcação pela Fundação Nacional do Índio (Funai) está causando conflitos na área, onde residem três mil pessoas. "Estamos sendo jurados de morte e acusados de queimar cercas dos quilombos", declarou o índio e vereador João Crente. Dos 36 mil hectares pertencentes à tribo, apenas 16 mil

foram legalizados.

Elias Gomes informou que a Gerência de Mediação e Prevenção de Conflitos está acompanhando o caso e um representante da Secretaria está no município colhendo informações. "Para facilitar o trabalho, estamos traçando um mapa das áreas de conflito existentes em Pernambuco", acrescentou.

**PLENÁRIO** - Com a passagem do Dia do Índio, comemorado anteontem, parlamentares defenderam os direitos dos

indígenas no País. Em pronunciamento, Nelson Pereira (PCdoB) registrou sua preocupação com as condições de vida desses povos. "Os índios são excluídos do processo de desenvolvimento brasileiro", disse, criticando o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dessa população, que ocupa o 112º lugar no ranking mundial. O deputado Raimundo Pimentel voltou a cobrar soluções para o impasse entre índios e quilombolas no Sertão.



MOISÉS BARBOSA

**ÍNDIOS** - Encontro com Raimundo Pimentel e Elias Gomes

# Finanças aprova benefício ao consumidor

## Negativa de crédito deverá ser justificada por empresas

A Comissão de Finanças da Assembleia aprovou, ontem, o Projeto de Lei nº 885/05, que obriga as instituições financeiras e comerciais a fornecer, nos casos de negativa de crédito ao consumidor, um documento detalhando os motivos da recusa. A proposição, de autoria do deputado Izaías Régis (PTB), define que a declaração deve conter o nome do estabelecimento e do consumidor e o motivo da negativa do crédito.

"Essa medida favorece o consumidor, pois o documento poder ser usado como prova na Justiça nos casos de negativação indevida de nome em entidades de proteção ao crédito", destacou o presidente da Comissão de



MOISÉS BARBOSA

**REPAROS** - Colegiado também acatou obrigatoriedade da vistoria em pontes e viadutos

Finanças, Sebastião Rufino (PFL).

Outras cinco proposições foram distribuídas, entre elas,

a que institui a obrigatoriedade da realização de perícia anual em pontes e viadutos integrantes das rodovias e

estradas estaduais, do deputado Manoel Ferreira (PFL). Duas matérias foram retiradas da pauta de votação.

## Mais emprego

# Parmalat recupera crescimento

MOISÉS BARBOSA



AURORA - Comemoração

A recuperação econômica da produção de oito fábricas da Parmalat do Brasil, na cidade de Garanhuns, no Agreste Meridional, foi destacada, ontem, pela deputada Aurora Cristina (PMDB). "Após a grave crise enfrentada pela empresa, devido às fraudes na matriz italiana, a indústria normalizou as atividades no Norte/Nordeste", comemorou a parlamentar.

Uma reportagem publicada no *Diário de Pernambuco*, do último dia 4, no caderno de Economia, citou que a fá-

brica de Garanhuns produzia, mensalmente, cinco mil toneladas de produtos, antes da derrocada. No período de crise, a produção caiu para três mil toneladas e, hoje, conseguiu ultrapassar a marca de seis mil. "Atualmente, as atividades da Parmalat têm movimentado bastante a economia do Agreste Meridional. Mais de 160 mil fornecedores de leite de Pernambuco estão vinculados à empresa, que gera centenas de empregos diretos e indiretos", ressaltou Aurora Cristina.

Devido a esse desempenho, a Parmalat de Garanhuns passará a fabricar, com exclusividade, o leite em pó e o leite condensado Glória, aumentando a produção desses itens para mais de 700 toneladas/mês. A parlamentar apresentou um Voto de Aplauros à fábrica e aos seus funcionários, "pela contribuição para o desenvolvimento econômico do Estado de Pernambuco e, em especial, da cidade de Garanhuns e do Agreste Meridional".

## Protesto por melhorias

# Dia Estadual de Luta pelo Serviço Público

O Dia Estadual de Luta pelo Serviço Público foi lembrado, ontem, na Alepe. A deputada Teresa Leitão (PT) registrou a data e elogiou o trabalho dos servidores públicos. De acordo com a parlamentar, "a classe enfrenta problemas com o descaso do Governo Estadual". "A categoria tem responsabilidade social, mas o Estado não cumpre o seu papel", enfatizou.

Entre as dificuldades apontadas pela petista, estão a defasagem salarial, ausência de planos de cargos e carreiras e a falta de con-

curso público. "Muitos servidores ingressam sem concurso público. As áreas mais carentes são saúde, educação e segurança", destacou. Segundo Teresa, caso não seja realizada seleção, as escolas correm o risco de enfrentar a falta de professores.

A deputada ainda lembrou que a categoria realizou, ontem, uma passeata até o Palácio do Governo e a Assembleia. "A intenção é sensibilizar o governador e o Poder Legislativo para mais investimentos no funcionalismo público", concluiu.

## Entre os pleitos, está a realização de concurso público

MOISÉS BARBOSA



FALTA DE ATENÇÃO - Teresa criticou o Poder Executivo

## PLENÁRIO

### TV Globo

A reportagem exibida ontem pela *TV Globo*, mostrando as ações desenvolvidas pelas instituições que atuam na recuperação de dependentes de drogas, recebeu Voto de Aplauros, apresentado pelo deputado Cleiton Collins (PSC). O parlamentar ressaltou as entidades Desafio Jovem e Sara Vida pelo trabalho desenvolvido juntamente com psicólogos e assistentes sociais especializados no problema. "Belíssima a reportagem exibida pela *Rede Globo*, pois ressaltou, também, a imensa importância do voluntariado", enfatizou.



### Olímpiada

O deputado Isaltino Nascimento (PT) apresentou Votos de Aplauros a professores e alunos da Escola Arco-Íris, na Várzea, pela conquista do primeiro lugar na 2ª Olimpíada Nacional de Saúde e Meio Ambiente, que aconteceu na semana passada, no Rio de Janeiro. O trabalho de 14 alunos, da 6ª série do ano de 2004, sobre a transmissão da malária, foi considerado o melhor entre as 796 escolas concorrentes. "A competição tem caráter educativo. Parabéns ao grupo e ao orientador, professor Antônio Mendes", declarou.



## PODER LEGISLATIVO

**Mesa Diretora:** Presidente, Deputado Romário Dias; 1º Vice-Presidente, Deputado Ettore Labanca; 2º Vice-Presidente, Deputado Raimundo Pimentel; 1º Secretário, Deputado João Negromonte; 2º Secretário, Deputado Guilherme Uchôa; 3º Secretário, Deputado Sérgio Leite; 4º Secretária, Deputada Carla Lapa. **Procurador-Geral,** Élio Wanderley de Siqueira; **Diretora-Geral,** Eva Maria de Andrade Lima; **Diretor do Departamento de Assistência Legislativa,** Ana Olímpia Celso de M. Severo; **Diretor do Departamento de Assistência Administrativa,** Graça Augusta Melo da Fonseca; **Diretor do Departamento de Patrimônio,** Genaro Domingues da Silva; **Diretor do Departamento de Informática,** Claudio Godoy; **Diretora do Departamento de Cerimonial,** Socorro Vilça Rodrigues; **Diretor do Departamento de Saúde,** Aldo Mota; **Chefe da Assistência Policial-Militar,** maj. Hermes José de Melo; **Diretor do Departamento Especial de Auditoria e Fiscalização,** Severino Pedro de Albuquerque; **Diretora do Departamento de Comunicação Social,** Christianne Alcântara; **Chefe da Divisão de Imprensa,** Cláudia Lucena. **Editora:** Andréa Tavares. **Redatores:** Andréa Tavares, Antônio Azevedo, Renata Rodrigues. **Fotógrafos:** Roberto Soares, Moisés Barbosa e Carlos Oliveira. **Diagramação e Edição Eletrônica:** Anderson Galvão e Alécio Nicolak Júnior. **Chefe da Divisão de Rádio e TV:** Ana Lúcia Lins. **Repórteres:** Carolina Flores, Natália Câmara, Rosângela Almeida e Verônica Barros. **Operadores de Som:** Aristides Pandelis Frangakis e Alcidezo Ramos. **Estagiários:** Amanda Seabra, Bruna Reis, Larissa Rodrigues e Renata Costa. **Endereço:** Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, nº 631 - Recife-PE. Fone: 3217-2368. Fax 3217-2107. PABX 3217.2211. **Nosso E-mail:** [dimprensa@alepe.pe.gov.br](mailto:dimprensa@alepe.pe.gov.br)



Nosso endereço na Internet <http://www.alepe.pe.gov.br>

# CPI sugere financiar moradias

Alf quer que Governos facilitem a compra de imóveis para vítimas dos desabamentos

A CPI do Sistema Habitacional irá sugerir que os Governos Federal, Estadual e Municipais firmem parcerias, a fim de financiar novos imóveis para as vítimas de desabamentos. A decisão foi anunciada, ontem, pelo presidente do colegiado, deputado Alf (PTB), que também entregará ao governador Jarbas Vasconcelos (PMDB) uma radiografia das habitações da Região Metropolitana do Recife.

FERNANDO SILVA



LEANDRO - Auxílio

Durante a audiência, a CPI ouviu o engenheiro civil Sérgio Priori, contratado pela Seguradora Mapfre Vera Cruz para elaborar um laudo técnico sobre as causas do desabamento do Edifício Areia Branca, em Piedade, Jaboatão. De acordo com o engenheiro, o prédio, que ruíu em outubro do ano passado, teria desmoronado, devido a falhas de construção. Sérgio disse ainda ter comunicado ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Crea) que havia sido contratado como perito pela seguradora e que o parecer final foi registrado no órgão, na semana passada.

"A deterioração deve ter se processado nos pilares centrais, onde a carga é maior. Eles possuíam falhas de concretagem, o que permitiu o desmoronamento", afirmou Sérgio, acrescentando que o modo como o edifício caiu é "semelhante a uma implosão, mas, tecnicamente, não é". "Só ocorre implosão por meio de explo-



RINALDO MARQUES

AREIA BRANCA - Engenheiro afirmou que desabamento é resultado de falhas na construção

sivos ou por diferença de pressão", explicou.

O vice-presidente do colegiado, deputado Antônio Moraes (PSDB), questionou a rapidez com que o engenheiro elaborou o laudo. O parlamentar alegou, também, que vai solicitar o ofício que o engenheiro encaminhou ao Crea, para verificar a data do

documento. "A seguradora afirma que foi em dezembro, e ele diz que foi em novembro", argumentou Moraes.

O presidente da CPI, deputado Alf (PTB), considerou o laudo sobre o desabamento do Areia Branca enfático, quando afirmou que o problema teria sido ocasionado "por falhas de construção, respon-

sabilizando a construtora". "Ampliaremos a discussão junto às Prefeituras da RMR, para verificar a situação dos prédios tipo caixão", concluiu.

A CPI também ouviu o depoimento do engenheiro técnico da Defesa Civil de Jaboatão Francisco de Assis, sobre o Residencial Jardim

Muribeca. O condomínio, que possui 69 blocos, está com dois deles (o 37 e o 129) interditados, sob ameaça de desabamento. O 129 foi interditado sexta-feira passada. O parecer técnico da entidade apontou várias falhas, como a existência de rachaduras, fissuras e afundamento da fundação. A Defesa Civil recomendou a contratação de uma empresa especializada para realizar os reparos. "Os blocos deverão continuar interditados, até que as medidas de segurança sejam tomadas", declarou.

No Plenário, o deputado Roberto Leandro (PT) apelou para que a Assembléia intermedeie a concessão de auxílio-moradia para os moradores do Conjunto Residencial Muribeca que estão desabrigados. Também participaram do encontro representantes do Ministério Público de Pernambuco (MPPE), da Compesa e da Caixa, além dos deputados Sílvio Costa (PMN), Teresa Leitão (PT) e Manoel Ferreira (PFL).

## Residenciais com infra-estrutura

Conjuntos habitacionais construídos parcial ou integralmente pelo Governo do Estado podem ser obrigados a disponibilizar infra-estrutura básica aos moradores, como vias de acesso e circulação, iluminação pública e tratamento de esgoto. O Projeto de Lei nº 883/05, que trata do assunto, foi aprovado ontem pela Comissão de Administração Pública.

De acordo com o presidente do colegiado, deputado José Queiroz (PDT), a iniciativa do deputado Sérgio Leite (PT), autor da proposição, é importante porque os conjuntos são construídos sem a infra-estrutura neces-

sária. O parlamentar acrescentou que uma emenda deverá ser anexada ao projeto, a fim de que recursos públicos estaduais e federais possam ser utilizados nos empreendimentos. "Também temos edifícios construídos pela Caixa Econômica Federal e as Prefeituras ficam sem condições de financiar as ações complementares."

Para o relator do projeto, deputado Nelson Pereira (PCdoB), "a lei atuará como instrumento para garantir condições básicas de cidadania, sem invadir a competência municipal".

Na reunião, também foram distribuídos oito projetos. En-

tre eles, o do deputado Manoel Ferreira (PFL), que visa à realização de perícias anuais em pontes e viadutos localizados em rodovias e estradas estaduais. O colegiado ainda aprovou, com substitutivo, o Projeto de nº 802/04, de autoria do deputado Augusto Coutinho (PFL), que dispõe sobre a obrigatoriedade de vistorias periciais e manutenções periódicas de edifícios. Outra matéria aprovada com substitutivo foi a de nº 893/05, de Betinho Gomes (PPS), obrigando entidades que prestam atendimento direto ao público a assegurar o acesso a portadores de deficiência física.

MOISÉS BARBOSA



SANEAMENTO - É uma das ações que deverá estar concluída na entrega das moradias

## Insegurança

### Ceça denuncia ação de bandidos contra estudantes

Alunos da Escola Estadual Silva Jardim, no bairro do Monteiro, estão sendo obrigados a pagar pedágio de R\$ 1,00 aos bandidos da área, todas as vezes que precisam atravessar a ponte que liga o bairro da Iputinga à Avenida 17 de Agosto para ir à escola. A denúncia foi feita ontem, pela deputada Ceça Ribeiro (sem partido). "É preciso garantir que os alunos possam continuar a participar das aulas. Aqueles que não podem pagar o valor cobrado ficam sujeitos a serem violentados ou mortos." O presidente da Casa, deputado Romário Dias (PFL), informou que encaminhou um ofício ao secretário estadual de Defesa Social, João Braga, pedindo a solução do caso.

Segundo a diretoria da escola, os alunos recebem o material escolar, começam a frequentar as aulas e, dois meses depois, interrompem os estudos porque não têm



RINALDO MARQUES

OFÍCIOS - Petista disse que Executivo tem conhecimento

condições de pagar o pedágio para atravessar a ponte. A parlamentar afirmou que ofícios foram encaminhados pela instituição de ensino à Secretaria de Defesa Social (SDS), ao governador do Estado, ao *Jornal do Comércio*, ao *Diário de Pernambuco* e à *Folha de Pernambuco*, alertando o problema.

A bebida alcoólica e o li-

vre consumo de drogas são apontados pela deputada como as principais causas da violência no Estado. "As pessoas perdem o controle e cometem todos os tipos de violência, inclusive a prostituição", enfatizou. No próximo dia 28, Ceça Ribeiro participará de uma reunião, juntamente com promotores e deputados, para discutir a violência em Pernambuco.



interesse público e encontra-se em consonância com a legislação em vigor.

**Nelson Pereira**  
Deputado

3. Conclusão

Ante ao exposto, tendo em vista as considerações expedidas pelo Relator, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária N.º 883/2005, de autoria do Deputado Sérgio Leite com as alterações introduzidas pelas Emendas: Modificativa N.º 01/2005 e Aditiva N.º 02/2005, ambas de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça.

**Sala da Comissão de Administração Pública,  
em 20 de abril de 2005.**

**Presidente: José Queiroz.**  
**Relator : Nelson Pereira.**  
**Favoráveis os (3) deputados: Aurora Cristina, José Queiroz, Teresa Leitão.**

Parecer N.º 4885/2005

**Comissão de Administração Pública**  
**Substitutivo N.º 01/2005, de autoria da Comissão de**  
**Constituição,**  
**Legislação e Justiça ao**  
**Projeto de Lei Ordinária N.º 893/2005**  
**Autoria: Deputado Betinho Gomes**

**EMENTA:** PROPOSIÇÃO PRINCIPAL QUE VISA INSTITUIR A OBRIGATORIEDADE DE TODOS OS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA, AUTARQUIA, EMPRESAS DE ECONOMIA MISTA, INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS, BANCÁRIAS E ENTIDADES PRIVADAS QUE PRESTAM ATENDIMENTO DIRETAMENTE AO PÚBLICO, MANTEREM ADAPTAÇÕES E ACESSIBILIDADE A PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA E DEMAIS, NO ÂMBITO DO ESTADO DE PERNAMBUCO. ATENDIDO O TRÂMITE REGIMENTAL. NO MÉRITO, PELA APROVAÇÃO.

1.Relatório

1.1- Vem a esta Comissão de Administração Pública o Substitutivo N.º 01/2005, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária N.º 893/2005, do Deputado Betinho Gomes, para análise e emissão de parecer;

1.2- A Proposição busca instituir a obrigatoriedade do todos os órgãos da Administração direta, indireta, autarquias, empresas de economia mista, instituições financeiras, bancárias e entidades privadas que prestem atendimento diretamente ao público, manterem adaptações e acessibilidade a pessoas portadoras de deficiência e demais, no âmbito do estado de Pernambuco;

1.3- O Projeto de Lei em apreço, quando de sua apreciação na Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, recebeu a emissão do Substitutivo com o intuito de adequar melhor o texto da proposição original.

2. Parecer da Relatora

2.1- A presente propositura visa estabelecer normas para que as instituições financeiras, bancárias e entidades privadas que prestem atendimento diretamente ao público, fiquem obrigadas a implementar modificações físicas nas áreas destinadas ao atendimento ao público, assim como soluções técnicas nos equipamentos de auto-atendimento, com vistas à acessibilidade às pessoas portadoras de deficiência;

2.2- as modificações editadas nesta Lei, levarão em consideração todos os itens especificados no art. 1.º, da proposição ora analisada;

2.3- Oportuno, esclarecemos que todas as instituições mencionadas na proposição em referência terão o prazo de 01 (um) ano, para realizarem as modificações necessárias ao efetivo cumprimento desta Lei;

2.4- Desta feita, havendo descumprimento do disposto na presente Lei ficará o infrator sujeito ao pagamento de multa no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), dependendo do porte do estabelecimento;

2.5 - No mérito, a proposição em epígrafe merece ser aprovada, uma vez que atende ao interesse público, haja vista a garantia de acessibilidade que proporciona às pessoas portadoras de deficiência em seu dia a dia, para o uso dos bens e serviços públicos e privados no âmbito do Estado de Pernambuco.

**Teresa Leitão**  
Deputada

3. Conclusão

Ante ao exposto, opinamos no sentido de que seja aprovado o Substitutivo N.º 01/2005, apresentado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária N.º 893/2005, de autoria do Deputado Betinho Gomes.

**Sala da Comissão de Administração Pública,  
em 20 de abril de 2005.**

**Presidente: José Queiroz.**  
**Relator : Teresa Leitão.**  
**Favoráveis os (3) deputados: Aurora Cristina, José Queiroz, Nelson Pereira.**

Parecer N.º 4886/2005

**Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação**  
**Parecer ao Projeto de Lei Ordinária N.º 885/2005**  
**Origem: Poder Legislativo**  
**Autoria: Deputado Izaías Régis**

**Ementa:** Estabelece normas referentes às práticas comerciais, bancárias e financeiras que envolvam negativa de outorga de crédito ao consumidor.

1. Histórico

Vem a esta Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, para análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei Ordinária N.º 885/2005, oriundo deste Poder Legislativo, de autoria do Deputado Izaías Régis.

A matéria analisada pretende estabelecer normas referentes às práticas comerciais, bancárias e financeiras que envolvam negativa de outorga de crédito ao consumidor.

De acordo com seu artigo 1º “a todo consumidor ao qual for negada a concessão de crédito, seja comercial, financeiro ou bancário, em programas oferecidos publicamente por fornecedores de produtos ou serviços, deverá ser entregue declaração da qual constará obrigatoriamente as seguintes informações:

- I - o nome do estabelecimento que negar crédito ao consumidor;
- II - o nome e qualificação do consumidor cujo crédito tenha sido negado;
- III - o motivo pelo qual houve a negativa.”

Aos infratores desta Lei são imputadas diversas penalidades elencadas no corpo da matéria, particularmente no seu art. 2º, sem prejuízo das de natureza cível, penal e administrativas.

A Comissão de Constituição, Legislação e Justiça apresentou a Emenda Modificativa N.º 01 ao projeto em epígrafe que altera os artigos 2º, 3º e 4º, com o objetivo de aprimorá-los no que respeita a aplicação de penalidades administrativas que passarão a obedecer as disposições do Código de Defesa do Consumidor. É também atribuída, nesta mesma emenda, ao Poder Executivo a responsabilidade, mediante decreto, de indicar o órgão responsável pela fiscalização das obrigações e aplicação das sanções previstas nesta Lei.

2. Parecer do Relator

A proposição em consideração não contraria as legislações orçamentária, financeira e tributária. No que me cabe opinar, declaro-me favorável a aprovação do Projeto de Lei Ordinárias N.º 885/2005 de autoria do Deputado Izaías Régis, acatando a Emenda Modificativa N.º 01 apresentada pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça.

**Nelson Pereira**  
Deputado

3. Conclusão da Comissão

Acolhendo o parecer do Relator, decide este Colegiado pela aprovação do Projeto de Lei Ordinárias N.º 885/2005 de autoria do Deputado Izaías Régis, acatando a Emenda Modificativa N.º 01 apresentada pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça.

**Sala da Comissão de Finanças, Orçamento e**  
**Tributação, em 19 de abril de 2005.**

**Presidente: Sebastião Rufino.**  
**Relator : Nelson Pereira.**  
**Favoráveis os (4) deputados: Adelmo Duarte, Antônio Moraes, Augusto César, Manoel Ferreira.**

Indicações

Indicação N.º 4008/2005

Indicamos à Mesa depois de ouvido Plenário, obedecidas as normas regimentais, que seja enviado um apelo ao Exmo. Sr. Governador do Estado de Pernambuco, Dr Jarbas de Andrade Vasconcelos, no sentido de construir uma estação elevatória, para atender as comunidades do Sítio Massaranduba e Invasão no Município de Garanhuns.

Da decisão do Plenário, dê-se conhecimento ao Deputado Federal Armando Monteiro Neto, à Câmara Municipal de Garanhuns, localizada na Rua Siqueira Campos,nº43, Centro, CEP: 55.293-10, bem como as rádios e jornais locais.

Justificativa

Justifica-se a presente indicação em virtude das referidas comunidades localizadas no Município de Garanhuns, possuir um grande número de residências, em decorrência de sua alta densidade populacional. A implantação de uma estação elevatória nas referidas comunidades, atenderá a boa parte da população local a qual sofre arduamente com a falta de água encanada em suas casas, além de oferecer melhores condições de vida as comunidades.

Diante da matéria e considerando a importância desta Indicação, como meio de suprir as necessidades básicas do referido Município, apresentamos a presente na certeza de seu atendimento após a aprovação dos meus Ilustres Pares.

**Sala das Reuniões, em 18 de abril de 2005.**

**Izaías Régis**  
Deputado

Indicação N.º 4009/2005

Indicamos à Mesa depois de ouvido Plenário, obedecidas as normas regimentais, que seja enviado um apelo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Dr. Jarbas de Andrade Vasconcelos e ao Exmo Sr. Secretário de Defesa Social, Dr. João Batista de Meira Braga, no sentido de que seja agendada uma visita do **Programa Caravana da Paz**, no município de **LIMOEIRO**.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Exmo Sr. Secretário de Defesa Social, Dr. João Batista de Meira Braga, na Rua São Geraldo, 111, Santo Amaro, Recife - PE, CEP: 50040-020; ao Ilmo. Diretor da Rádio Cultural FM, Sr. Alexandre Queralvares, na Rua da Alegria n.º 990, Limoeiro-PE, 55700-000; ao Ilmo. Diretor da Rádio Jornal de Limoeiro, Sr. Maciel Júnior, na Praça da Bandeira n.º 44, Centro, Limoeiro-PE, 55700-000; ao Ilmo. Diretor do Informativo Figue por

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA  
EDITAL DE CONVOCAÇÃO  
REUNIÃO ORDINÁRIA

Convoco, nos termos do art. 105, I c/c art. 113, *caput*, do Regimento Interno desta Assembléia Legislativa, os Deputados André Luis Farias (PTB), Augusto Coutinho (PFL), Bruno Rodrigues (PSDB), Ciro Coelho (PFL), Isaltino Nascimento (PT), Jacilda Urquiza (PMDB), José Queiroz (PDT), Pedro Eurico (PSDB) e Sebastião Oliveira Júnior (PFL), membros titulares, e, na ausência destes, os suplentes Antônio Moraes (PSDB), Augusto César (PTB), Aurora Cristina (PMDB), Bruno Araújo (PSDB), Lourival Simões (PV), Roberto Liberato (PFL), Sílvio Costa (PMN), Soldado Moisés (PRP) e Teresa Leitão (PT) para se fazerem presentes à reunião a ser realizada às dez horas (10:00h), do dia 26 de abril de 2005, no Auditório, localizado no sexto andar do Anexo I desta Assembléia Legislativa – Edifício Senador Nilo Coelho, onde estarão em pauta as seguintes matérias:

**DISTRIBUIÇÃO:**

**1) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO:**  
**a) Proposta de Emenda à Constituição n.º 16/2005**, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Altera os artigos 19 e 100 da Lei Maior Estadual).

**2) PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA:**  
**a) Projeto de Lei Ordinária n.º 914/2005**, de autoria do Deputado Manoel Ferreira (Ementa: Disciplina a criação, propriedade, posse, guarda, uso e transporte de cães e gatos e institui o cadastramento através de identificação eletrônica por *microchip*, no Estado de Pernambuco).  
**b) Projeto de Lei Ordinária n.º 915/2005**, de autoria do Deputado Manoel Ferreira (Ementa: Dispõe sobre a exigência, no ato da matrícula de alunos à rede pública estadual de ensino, a apresentação de uma certidão de antecedentes criminais e dá outras providências).  
**c) Projeto de Lei Ordinária n.º 916/2005**, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2005 e dá outras providências).

**DISCUSSÃO:**

**1) PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA:**  
**a) Projeto de Lei Ordinária n.º 890/2004**, de autoria do Deputado Augusto Coutinho (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de equipamento Emissor de Cupom Fiscal – ECF, em estabelecimentos que efetuem venda a varejo de combustíveis.).  
Relator Deputado José Queiroz  
**b) Projeto de Lei Ordinária n.º 894/2005**, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Institui o Fundo de Responsabilidade Social e de Modernização Administrativa - FR SMA e dá outras providências).  
Relator Deputado Augusto César  
**b.1.) Emenda Modificativa n.º 01**, apresentada pelo Governador do Estado (Ementa: Dá nova redação ao artigo 4º do Projeto de Lei Ordinária n.º 894/05, que institui o Fundo de Responsabilidade Social e de Modernização Administrativa – FR SMA), ao **Projeto de Lei Ordinária n.º 894**, de sua autoria (Ementa: Institui o Fundo de Responsabilidade Social e de Modernização Administrativa – FR SMA, e dá outras providências).  
Relator Deputado Augusto César  
**c) Projeto de Lei Ordinária n.º 898/2005**, de autoria do Deputado Ettore Labanca (Ementa: Concede isenção da tarifa de esgoto cobrada aos moradores dos conjuntos habitacionais populares do Estado de Pernambuco e dá outras providências).  
Relator Deputado Lourival Simões  
**c) Projeto de Lei Ordinária n.º 906/2005**, de autoria da Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação (Ementa: Dispõe sobre o subsídio do Governador do Estado, para o exercício financeiro de 2005, e dá outras providências).  
Relator Deputado Adelmo Duarte  
**d) Projeto de Lei Ordinária n.º 908/2005**, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Autoriza a abertura de crédito especial ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2005 e dá outras providências.).  
Relatora Deputada Aurora Cristina  
**e) Projeto de Lei Ordinária n.º 909/2005**, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Autoriza a abertura de crédito especial ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2005 e dá outras providências.).  
Relator Deputado Augusto César

**Recife, 20 de abril de 2005.**  
**Sala da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça.**

**DEPUTADO BRUNO RODRIGUES**  
PRESIDENTE DA CCLJ

Dentro, Sr. Rubens Sacramento, na Av. Santo Antônio n.º 406, 1.º andar, Limoeiro, 55700-000; aos Revmos. Srs., Pe. Luís e Pe. Inácio, no Salão Paroquial, Rua da Matriz s/n, Centro, Limoeiro-PE, 55700-000; a Ilma. Presidenta da Sociedade São Vicente de Paula de Limoeiro, Dra. Conceição Marques, na Rua Vigário Joaquim Pinto, 105, Limoeiro-PE, 55700-000; a Ilma. Presidenta do Lions Club de Limoeiro, Dra. Isabel Marques, Rua Lions Club s/n, Limoeiro-PE, 55700-000; ao Exmo. Sr. Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Limoeiro, Sr. Emanuel Augusto Gomes Neto, Rua Frei Estevão, 58, Centro, limoeiro-PE, 55700-000; ao Exmo. Sr. Presidente do SINSEMUL, Sr. Ivo Leocádio da Silva, na Rua Santa Cruz, 25/29, Centro, Limoeiro-PE, 55700-000; ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal do Limoeiro, Dr. Geraldo José de Moraes Guerra, e aos demais vereadores, na Rua da Matriz, 134, Limoeiro-PE, 55700-000.

Justificativa

Segundo avaliação do Governo do Estado (dados do PPA 2004/2007), Limoeiro é o município que detém os maiores e, conseqüentemente, os piores índices de mortalidade por homicídios no Agreste Setentrional, são 83,4 por 100.000 habitantes, o que coloca Limoeiro entre os trinta municípios mais violentos do Estado. Assim, o município em questão necessita de uma atenção especial no quesito segurança pública, pois os índices de violência, obtidos junto ao Governo do Estado, bem demonstram o sentimento de insegurança que hoje aflige a população. Dessa forma, será de grande valia a visita da **Caravana da Paz**, no citado município, orientando a população, principalmente, os jovens, de forma a prevenir e diminuir a ocorrência de delitos, através de oficinas pedagógicas ministradas por agentes do Programa Educacional de Resistência às Drogas e Violência (PROERD), Gerência de Prevenção ao Tráfico de Seres Humanos (TSH) e Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA) e a Delegacia da Mulher, entre outros setores da Secretária de Defesa Social. Diante do exposto, na qualidade de representante daquele município e considerando a relevância do pedido, solicito aos meus ilustres pares a aprovação da presente indicação.

**Sala das Reuniões, em 19 de abril de 2005.**

**Ricardo Teobaldo**  
Deputado

Indicação N.º 4010/2005

Indicamos à mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviado um apelo à Exmª. Srª. Joseane Hermogenis, da Coordenação de Atendimento ao Público da Telemar, na AV. Afonso Olindense, 1513, bairro da Várzea –

Recife/PE, no sentido de que seja providenciada a instalação de um TUP – telefone de uso público no Sítio Moça Branca, no Município de Flores/PE. Da decisão desta casa e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Sr. Raimundo da Silva, no Sítio Moça Branca, no município de Flores/PE.

Justificativa

O telefone é um equipamento fundamental para a comunicação à distância. Através dele, também é possível solicitar documentos, pedir socorro para as vítimas de assaltos ou acidentes, em momentos de urgências. Nas imediações do Sítio Moça Branca, é grande o número de residentes e transeuntes. Porém, não há um telefone público na comunidade. Com a instalação do aparelho, será possível atender a demanda daquela localidade.

**Sala das Reuniões, em 20 de abril de 2005.**

**Soldado Moisés**  
Deputado

Indicação N.º 4011/2005

Indicamos à Mesa depois de ouvido Plenário, obedecidas as normas regimentais, que seja enviado um apelo ao Exmo. Sr. Governador do Estado - Dr. Jarbas Vasconcelos e ao Exmo. Sr. Secretário de Infra-Estrutura, no sentido de viabilizarem as **desapropriações das áreas de terrenos necessárias para Construção das Estações Elevatórias do Sistema de Saneamento do município de Vitória de Santo Antão**.

Da decisão do Plenário, dê-se conhecimento ao: Exmo. Sr. Deputado Federal - Dr. André de Paula; Ilmo. Sr. Presidente da COMPESA - Dr. Luiz Gonzaga Perazzo; Ilmo. Sr. Gerente Regional da COMPESA em Vitória de Santo Antão - Dr. Djair Pinto Bezerra Junior; Exmos. Srs. Vereadores da Vitória - Dr. Doca Lira, Dr. Everaldo Arruda, Dr. Heleno Rodrigues e Dr. Manoel de Holanda; Ilmo. Presidente da Associação Comercial de Vitória - Sr. Cristiano de Melo Vasconcelos Barros; Ilmo. Presidente da CDL de Vitória - Sr. Rafael Ferraz Vilanova; Ilma. Srª. Presidenta do Instituto Histórico e Geográfico da Vitória - Profª. Eunice Xavier; Ilmo. Sr. Presidente do ROTARY da Vitória - Dr. José Jaelson Elias; Ilmo. Presidente do LIONS Vitória das Tabocas - Sr. José Carlos Peres Quintas; Ilma. Diretora do Informativo Cultura Básica - Srª. Wanessa Lima; Ilmo. Diretor do Informativo “A Voz” - Sr. Hildebrando Lima;

Justificativa





